

O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO: UMA PERSPECTIVA PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO¹

**ARAÚJO, Rayssa
CALDAS, Kássia
CAMPOS, Valdilene
CORREA, Isabelle
COSTA, Larissa
MIRANDA, Thamires**

RESUMO

Este trabalho tem como tema o processo de ressocialização no contexto socioeducativo: uma perspectiva da atuação do psicólogo, e objetiva problematizar o processo de ressocialização no âmbito do sistema socioeducativo tendo em vista a atuação do psicólogo nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de perfil bibliográfico em que se busca compreender e lançar luz sobre o processo de ressocialização considerando a contribuição da Psicologia para o âmbito dos projetos de ressocialização. Faz-se relevante para que haja uma melhor compreensão da amplitude e complexidade do método de reinserção na sociedade do adolescente em conflito com a lei, que a Psicologia, bem como outras ciências consigam adentrar nesse espaço. Para a realização deste estudo foram utilizados dados bibliográficos e como resultados é possível destacar a escassez de dados referentes ao processo de ressocialização de meninas, além da ausência de trabalhos no âmbito de Mato Grosso. Além disso, pouco se fala das vivências nesse contexto, tanto no que tange aos ressocializados quanto da equipe de trabalho. Três temas são comumente abordados nesse contexto discursivo: a implementação das políticas no sistema; a falha na implementação dessas políticas e, por fim, a minoridade penal tendo em conta a influência da mídia sobre esse aspecto. E como modo de ampliar a discussão sobre a temática, trazemos a questão, relatos de experiência de trabalhos desenvolvidos com os adolescentes em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Uma vez que foram realizadas, Oficinas Psicossociais que se deram em três encontros, os quais instam ressaltar a partir do trabalho que se fez necessário o empenho com o compromisso da Política de Assistência Social, no que tange o acesso aos serviços de garantia de direitos, já que proporcionando o exercício da reflexão e a capacidade da responsabilização, viabilizará a consecução do objetivo a que se propõem as medidas socioeducativas em meio aberto. Neste sentido, foi possível compreender que os adolescentes são perpassados por diversas violações de direitos, estigmas e dificuldades sociais, econômicas e culturais. Logo, o serviço dentro de suas atribuições possibilitou um espaço de acolhimento, escuta, orientação e reflexão frente ao ato infracional praticado.

Palavras-chave: Psicologia; Ressocialização; Socioeducativo.

¹ Estudo apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito da obtenção de Graduação do Curso de Psicologia, do Centro Universitário – UNIVAG, orientado pelo Professor Doutor em Psicologia Social, George Moraes de Luiz.

ABSTRACT

This work has as its theme the process of resocialization in the socio - educational context: a perspective of the psychologist 's performance, and aims to problematize the process of resocialization within the scope of the socio - educational system in view of the psychologist' s performance in this context. This is a qualitative research, with a bibliographical profile in which one seeks to understand and shed light on the process of resocialization considering the contribution of Psychology to the scope of resocialization projects. It is relevant for a better understanding of the breadth and complexity of the method of reintegration into the society of the adolescent in conflict with the law, that Psychology, as well as other sciences, can enter into this space. In order to perform this study, bibliographical data were used and as results it is possible to highlight the scarcity of data regarding the process of resocialization of girls, besides the absence of work in the scope of Mato Grosso. Moreover, there is little talk of the experiences in this context, both with regard to the ressocializandos and the work team. Three themes are commonly addressed in this discursive context: the implementation of policies in the system; the failure to implement these policies and, finally, the criminal minority taking into account the influence of the media on this aspect. And as a way to broaden the discussion on the subject, we bring the issue, reports of experience of work developed with adolescents in Assisted Freedom (LA) and Community Service Provision (PSC). Once they were held, Psychosocial Workshops that took place in three meetings, which stresses from the work that it was necessary the commitment with the commitment of the Social Assistance Policy, regarding the access to the services of guarantee of rights, since by providing the exercise of reflection and the capacity for accountability, will enable the achievement of the objective that socio-educational measures are proposed in an open environment. In this sense, it was possible to understand that adolescents are beset by various violations of social, economic and cultural rights, stigmas and difficulties. Therefore, the service within its attributions made possible a space of reception, listening, guidance and reflection before the infraction act practiced.

Keywords: Psychology; Resocialization; Socio-educational.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1 Psicologia Comunitária.....	5
2.2 Medida Socioeducativa.....	7
3. METODOLOGIA.....	9
3.1 Primeiro Momento.....	10
3.2 Segundo Momento.....	11
3.3 Resultados dos Encontros.....	16
4. REVISÃO LITERÁRIA.....	16
5. DISCUSSÃO.....	19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23
ANEXO A - TABELA DOS RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA.....	25

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por intuito sistematizar e discutir o processo de ressocialização no contexto socioeducativo na perspectiva da Psicologia Comunitária. Para tal propõe-se uma discussão através de um relato de experiência que explana acerca da atuação do psicólogo em meio à efetivação das políticas vigentes que perpassam esse processo. Tendo em conta, que se faz necessário apresentar o principal conceito a ser discutido nesse estudo, que se refere à definição de socioeducação. Este surge como um importante marco a começar do Estatuto da Criança e do Adolescente, do qual legaliza e regulariza os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, formado pela lei nº 8.069, em julho de 1990 (MARASCHIN; RANIERE, 2011; PAES, 20008; RANIERE, 2014; ZANELLA, 2011 apud BISINOTO *et al.*, 2015).

Nesse sentido, com o surgimento da efetivação das medidas socioeducativas, normatizadas através do ECA, manifesta-se a noção de socioeducação abrangendo a organização estrutural e o funcionamento das instituições que realizam atendimento. No entanto, há uma brecha relacionada ao entendimento da socioeducação da qual se poderia materializar-se em intervenções consistentes que fossem capazes de promover o desenvolvimento dos adolescentes (BISINOTO *et al.*, 2015).

Apresenta-se como importante marco no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas aos adolescentes autores de ato infracionais, o documento Sinase (2006), este se fundamenta no desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, com bases éticas e pedagógicas que proporcionem a inclusão do adolescente em conflito com a lei, promovendo iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. No que se refere aos adolescentes em conflito com a lei, Brasil (2014) salienta que o Estado e a sociedade têm compromisso com eles. Dito isso, há regimentos que dão embasamento para as políticas públicas que envolvem seus direitos e deveres.

A partir da historicidade no que tange aos adolescentes em conflito com a lei e as medidas socioeducativas, houve inúmeras revisões nas diretrizes ao longo do tempo que englobam o adolescente que comete o ato infracional, avanços de estudos a respeito da ineficácia da aplicabilidade, bem como inúmeras críticas referentes ao tratamento desumanizado ao qual eles recebem. Diante disso, foi percebido que mesmo com as mudanças e evoluções ofertadas por essas diretrizes, a visão de punição continua sendo

mantida pela sociedade e pelos profissionais no campo do socioeducativo (GALDINO, 2014). E por isso, buscou-se a problematização relacionada a esse processo de ressocialização no âmbito do sistema socioeducativo.

Conseqüentemente, surgiu o interesse em se investigar a atuação do Psicólogo frente a esse contexto, pensando a contribuição da Psicologia nesses espaços no qual se faz como campo de atuação do profissional psicólogo. De modo que averigue se há estudos que problematizam posicionamentos que possam contribuir com reflexões acerca da subjetividade do público alvo da ressocialização, proporcionar o acesso às políticas públicas e a realização de intervenções sociais que possibilitem a humanização.

Para nortear o trabalho foram utilizadas as seguintes questões norteadoras: “Como se dá o processo de ressocialização a partir de um contexto socioeducativo?” e “Quais as possíveis formas de atuação do psicólogo no contexto socioeducativo?”. Essas questões tiveram como objetivo a análise do processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei no âmbito do sistema socioeducativo tendo em vista a atuação do psicólogo nesse âmbito.

Posto isso, este estudo se faz relevante cientificamente por propor buscar uma melhor compreensão da amplitude e complexidade do método de reinserção na sociedade do adolescente em conflito com a lei, bem como averiguar a contribuição da atuação do psicólogo nesse espaço. Contudo, é importante também ressaltar quanto ao sentimento de impunidade que permeia no imaginário social e se revela de um modo que estigmatiza e exclui este adolescente, de maneira que medeiam as relações destes adolescentes com o Estado e com os indivíduos de seu convívio social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Psicologia Comunitária

A discussão proposta terá como referencial a Psicologia Comunitária, seu surgimento se deu na década de 1960, no transcurso de um período de significativas mudanças sociais, políticas e econômicas, no âmbito da Saúde Mental, transpondo-se, rapidamente, a outras áreas da sociedade. Então, propuseram-se desse modo, aspectos relativos às problemáticas sociais, ampliadas por transformações rápidas e circundantes, o

que fez com que as metodologias até aí usufruídas para o entendimento dos aspectos sociais, se convertessem em inapropriadas (ORNELAS, 1997).

Além disso, outro marco para a respectiva vertente foram os planejamentos de transição expostas pelo Presidente Kennedy ao Congresso Americano em 1963, no qual protegeu a restituição dos sujeitos da comunidade que tivessem vivenciando algum tipo de sofrimento psíquico e recorreu-se a uma noção preservativa da angústia humana e a precaução de um ponto de vista positivo da Saúde Mental. Essa gama de propósitos deu abertura a Lei dos Centros de Saúde Mental Comunitários, que exerceram uma função fundamental na constituição de um novo modelo de mediação na comunidade. A ligação entre as questões sociais e a Saúde mental, resultou da recolocação do paradigma biológico e individual, por uma mediação educativa, com uma perspectiva social, de efetivação de reformas e projetos sociais (ORNELAS, 1997).

Assim, a Psicologia Comunitária passou a possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, a enfatizar o comprometimento ético e político do profissional psicólogo frente às demandas sociais; uma vez que essa abordagem volta-se para o ambiente social em que o sujeito se encontra em detrimento dos elementos intrapsíquicos (GALLINDO, 1981). Haja vista que a Psicologia Comunitária lida com sujeitos inseridos em seus contextos específicos dispondo de um olhar apurado para os aspectos da subjetividade das pessoas, tornando o objetivo da abordagem as relações entre os sujeitos e o ambiente em que se encontra. Todavia é válido salientar o empenho que é feito para mobilizar a comunidade a procurar uma qualidade de vida melhor (FRANCO, 1988).

Pensando sobre as possibilidades de atuação do Psicólogo relacionado ao contexto socioeducativo, em uma perspectiva da Psicologia Comunitária, pode-se destacar o objetivo de ampliar grupos de psicoterapia abordando conteúdos diferentes em cada reunião, possibilitando assim que abranja amigos, sociedade e família. Devendo levar em consideração que esse os adolescentes que cometem o ato infracional possuem direitos bem como obrigações; dessa forma é necessário que se realize questionamentos a respeito de seu respectivo futuro e esperanças de trabalho, dentre outros aspectos considerados relevantes para a reestruturação de sua história, com a finalidade de provocar reflexão acerca de sua identificação, tal como sua identidade (SOARES; MENDES, 2016).

Para tal, o psicólogo pode ainda, expandir atividades que auxiliem na elaboração de políticas públicas de forma que haja uma junção do Estado, da família e da sociedade. Obtendo como propósito, apurar e detectar em conjunto com outros profissionais que

prestam serviços no âmbito de medidas socioeducativas, a obrigatoriedade e comprometimento ético referente ao futuro e presente das próximas gerações (SOARES; MENDES, 2016).

2.2 Medida Socioeducativa

A fim de abordar temas que permeiam esse processo, faz-se imprescindível, explanarmos acerca do processo de ressocialização assim como a atuação do psicólogo nesse contexto, tendo em vista que esse processo se dá de forma contínua e não fragmentada. Segundo Dias (2011) esse procedimento acontece quando sujeitos ou grupos são vistos como indivíduos fora dos limites em que a valia moral, normas e contemplações que se aplicam, fazem com que sejam destinados a esses indivíduos um trato subumano.

Além disso, a conscientização sobre a reinserção desses adolescentes precisa ser em um âmbito geral, isto é: família, comunidade e sociedade. Referente a tal aspecto, Dias (2011) salienta que mesmo com os progressos que foram atingidos com o ECA, é observado que diante da violência presente nos centros urbanos, o sentimento de impunidade desse protagonista permeia no imaginário social e se revela de um modo estigmatizado e excluído, mediando assim as relações destes adolescentes com o Estado e com os indivíduos de seu convívio social.

Em razão disso, é primordial pensar o processo de ressocialização do adolescente em conflito com a lei sob uma ótica psicológica, visto que assim haverá uma visão do indivíduo que abarque uma melhor compreensão de suas complexidades. Sendo assim, por meio da normatização presente no âmbito social, tem-se a necessidade da participação da comunidade no processo de ressocialização desse jovem, conforme referido no ECA (DIAS, 2011).

Nesse sentido, a medida socioeducativa surge como um importante marco a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, do qual legaliza e regulariza os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, formado pela lei nº 8.069, em julho de 1990. Entretanto, no estatuto mencionado, não se encontra nenhuma formulação teórica a respeito da definição de medida socioeducativa; na realidade, este termo não aparece no ECA, somente seu modo adjetivo, em expressão como programa socioeducativo e medida socioeducativa (MARASCHIN; RANIERE, 2011; PAES, 2008; RANIERE, 2014; ZANELLA, 2011 apud BISINOTO *et al.*, 2015).

Contudo foi a partir do surgimento da efetivação das medidas socioeducativas, normatizadas através do ECA, que manifestou-se a noção de socioeducação de modo que abrangesse a organização estrutural e o funcionamento das instituições que realizam atendimento. Porém, foi deixada uma brecha relacionada ao entendimento da socioeducação da qual se poderia materializar-se em intervenções consistentes que fossem capazes de promover o desenvolvimento dos adolescentes (BISINOTO *et al.*, 2015). É detectado como decorrência da brecha citada anteriormente uma falta de clareza e pouca intencionalidade, teoricamente fundamentada na efetivação das medidas, fazendo com que assim dificulte a atividade da função profissional (ZANELLA, 2011 apud BISINOTO *et al.*, 2015).

Eventualmente, às leis que asseguram o adolescente em conflito com a lei foram consolidadas pelo Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) que normatiza os direitos desses adolescentes. Desse modo, Brasil (2006) aborda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contradiz-se historicamente a um passado de controle e de exclusão social mantido pela Doutrina da Proteção Integral. Todavia o ECA destaca os direitos da população infanto-juvenil brasileira, afirmando o valor essencial da criança e do adolescente como ser humano.

Em suma, a medida socioeducativa é norteada por códigos como o ECA e o SINASE que explanam acerca dos direitos, deveres e como esse processo deve ocorrer. Assim sendo, Monte *et al.* (2011) explicita que as orientações do ECA e do SINASE referenciam-se em considerar as necessidades do adolescente que priorizem a consolidação dos vínculos sociais, como causa de inconstância, de internalização e reorganização dos valores socialmente efetivados. Em concomitância com o comprometimento da família, da sociedade e do Estado sobre essas crianças e adolescentes, essa prescrição almeja o fortalecimento de redes sociais de apoio, tal como uma rede de assistência heterogênea e sistematizada junto desses agentes envolvidos no processo.

A execução da normativa, de acordo com Brasil (2006) tem como objetivo primordial o desenvolvimento de uma ação socioeducativa que se sustenta nos princípios dos direitos humanos. Posto que o Sinase defende a ideia dos ordenamentos conceituais, estratégicos e operacionais, estruturadas principalmente em bases éticas e pedagógicas. Sua finalidade integra a inclusão dos adolescentes que estão em conflito com a lei, promovendo iniciativas para que os diferentes campos das políticas públicas e sociais contribuam para que haja essa inclusão. A importância desses programas de inclusão se

constata através do apoio que os adolescentes demandam internamente e externamente do sistema socioeducativo (BRASIL, 2006).

Tendo em conta que o adolescente precisa ser incitado a criticar, questionar, reorientar e julgar o seu plano de atendimento, assim como o seu comportamento e o da equipe. Ampliam-se desse modo as execuções previstas para o sistema socioeducativo, na qual além de assegurar os direitos desses adolescentes precisa-se instigar a responsabilização e o pensamento crítico dos mesmos frente ao processo de escolha (MONTE *et al.*, 2011).

Simultâneo a isso, Estevam, Coutinho e Araújo (2009) apontam que baseado em uma prática ética conciliada ao ECA, é preciso possibilitar uma intervenção que garanta o desenvolvimento saudável e adequado desses adolescentes, com programas pedagógicos e culturais, notoriamente definidos e com atividades de profissionalização, esporte, artes e de saúde proporcionadas de modo sistemático.

Para tanto, a intenção completa das medidas socioeducativas é possibilitar a autonomia dos sujeitos a quem ela favorece. Desse modo, os adolescentes necessitam ser capacitados a se responsabilizar na tomada de decisões, que devem ocorrer durante o processo de cumprimento da medida socioeducativa e, predito pelo Projeto Político Pedagógico da unidade e no (PIA) Plano Individual de Atendimento (MONTE *et al.*, 2011).

3. METODOLOGIA

O recurso metodológico utilizado no trabalho foi dividido em dois momentos, em que o primeiro momento se refere a uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de se compreender e destecer sobre o processo de ressocialização, visando à contribuição da Psicologia para o âmbito dos projetos de ressocialização. O segundo momento refere-se ao relato de experiência vivenciado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Estado de Mato Grosso.

Em relação ao primeiro e segundo momento, foram utilizados o método de pesquisa qualitativa, sendo o primeiro por meio de dados bibliográficos, em um sistema de revisão sistemática, com o intuito de obter informações necessárias para a compreensão da temática em questão; já no segundo momento, por meio de relatos de experiência, com o intuito de trazer maior compreensão da realidade de alguns adolescentes. No que concerne

à pesquisa qualitativa, Godoy (1995) refere-se à escrita como sendo um lugar de destaque, desempenhando um papel fundamental no processo de aquisição de dados e propagação dos resultados, visando uma compreensão mais abrangente do fenômeno a ser estudado, considerando todos os dados da realidade como importantes e que devem ser analisados.

3.1 Primeiro Momento

No que tange ao interacionismo simbólico utilizado como base metodológica no primeiro momento, Carvalho, Borges e Rêgo (2010) abordam que as conjecturas teóricas defendidas pelos interacionistas simbólicos é voltada para uma temática ampla que permeia ao redor de um eixo duplo: os fenômenos da comunicação e da socialização e o comportamento coletivo, podendo ser aplicado em campos distintos como os de saúde mental, comportamento político, poder, sociologia do direito e mudança cultural.

Dessa maneira, entende-se que o interacionismo simbólico se fortaleceu por um caminho que possibilita discutir os fenômenos, utilizando um diálogo entre aspectos da elaboração social e a estruturação das individualidades, entre o geral e o particular, entre o cultural e o singular, entre sujeito e objeto, compreendendo as contradições da vida contemporânea no âmbito de sociedades plurais e, ponderando referente as ocorrências sociopsicológicas, levando em consideração o caráter histórico dos mesmos (CARVALHO, BORGES; RÊGO, 2010).

Em relação à pesquisa bibliográfica, primordialmente, com o intuito de selecionar um material relevante para constituição do presente artigo, realizou-se uma pesquisa sobre o mesmo, para selecionar materiais condizentes com a temática. Assim sendo, antes de tudo, havia sido decidido de se pesquisar a temática abrangente no período das três últimas décadas, tendo como centralidade da busca as palavras “socioeducativo e psicologia, pesquisadas nos períodos abrangentes do ano de 1970 ao de 1980”, sendo encontrado um resultado aproximado de 9.400 publicações.

Em razão do número dos resultados terem sido maiores que o esperado, foi decidido alterar o período da pesquisa para os anos de 1980 até 1990, o resultado obtido foi de aproximadamente 14.700 produções, sendo este ainda um número maior que o esperado. Por isso, optou-se buscar as mesmas palavras, mas modificando novamente o ano de “1990 até 2000”, obtendo um resultado de produção de 18.100. Sendo assim, a

partir desses dados foi possível observar que nesse período houve um aumento significativo na produção de artigos e afins no que se refere ao tema em questão.

Por conseguinte, a pesquisa foi alterada do ano 2000 até 2010, apresentando um número de aproximadamente 17.900 produções, havendo assim uma pequena diminuição no número de publicações. Assim sendo, pesquisou-se do ano 2010 até 2017, conseguindo um número de cerca de 3.090 publicações. Decidindo então realizar a procura agora, no intervalo de 7 anos, no qual se evidenciou uma diminuição considerável das produções. Uma vez que essa quantidade é ainda mais do que se objetivava para ser trabalhada, então foi consentido de diminuir o intervalo de anos, para que assim se encontrasse um número preciso para devida análise. Em seguida a procura foi realizada do ano de 2012 até 2017, na qual a resultante foi de 3.010 produções, ou seja, não houve uma quantidade muito significativa no número de publicações. Em vista disso, optou-se por pesquisar do ano de 2012 até 2017, porém desta vez utilizando palavras como, ressocialização, socioeducativo e psicologia, obtendo como resultados cerca de 230 publicações encontradas, sendo organizadas em 22 páginas do Google Acadêmico.

Referente ao levantamento realizado, no processo de procura, entre os 230 artigos encontrados foram avaliados aqueles que se encaixam no tema do trabalho, possibilitando assim um levantamento de dados. Houveram alguns artigos que no momento da discussão final relacionaram-se como irrelevantes, pois a temática do material não era condizente com o objetivo do trabalho, bem como outros artigos também foram descartados pois não foram possíveis de acessá-los. Pôde-se notar que diante da pesquisa os resultados eram em grande maioria dissertações que tratavam do respectivo assunto e de outros vinculados ao mesmo, e assim encontrou-se 43 artigos relevantes para a pesquisa.

No que tange à pesquisa bibliográfica, vale ressaltar que referente aos estudos na área do socioeducativo, encontrou-se um número significativo de pesquisas (cerca de oitenta e oito páginas expondo conteúdos sobre o assunto levantado), uma vez que foi pesquisado “ressocialização do menor infrator”, no Google Acadêmico. Sendo assim, a partir dessa pesquisa foi constatado que o termo “menor infrator” atualmente foi atualizado para “adolescente em conflito com lei”, posto que ambos os termos se referem à mesma parcela de pessoas.

3.2 Segundo Momento

Para aprimorar a compreensão da temática, será apresentado um relato de experiência que advém da prática do estágio ofertado pela instituição acadêmica UNIVAG, havendo como mediação a orientação, tanto da faculdade quanto da instituição concedente, de modo que as estagiárias puderam ter conhecimento sobre a instituição e as práticas ali ofertadas, tal como puderam ter uma visão acerca do assunto e da própria prática psicológica em meio a esse serviço.

Referente ao local onde a pesquisa foi realizada se trata de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Estado de Mato Grosso, sendo essa uma unidade estatal que oferta orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Logo, o serviço é viabilizado por uma equipe técnica multiprofissional.

O trabalho efetuou-se em três encontros que foram exercidos em conjunto com os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), bem como com seus familiares/responsáveis. A frequência das reuniões foi quinzenal, com duração aproximada de 50 minutos, objetivando proporcionar conversas e reflexões através dos encontros. Para tal, foram realizadas Oficinas Psicossociais que consistiram em intervenções junto aos adolescentes, possibilitando a compreensão dos mesmos como sujeitos de relações interpessoais, possuintes de subjetividade, nos modos de sentir, pensar e agir.

No primeiro encontro visou à apresentação do projeto e das facilitadoras do trabalho, assim como possibilitar que houvesse o conhecimento mútuo entre as estagiárias os participantes do grupo, e que eles se conhecessem entre si. Com intuito de se instituir um possível vínculo e a expor com clareza os objetivos. Conforme o planejado, os participantes presentes ficaram posicionados em círculo (adolescentes, pais e estagiárias), e as estagiárias deram início a apresentação, cada uma falando seu nome, curso e instituição. Por conseguinte, pronunciaram acerca da proposta do projeto, seus objetivos, tal como se dariam os encontros e explicaram que nos próximos, os grupos seriam separados, dado isso anunciaram quais estagiárias estariam à frente de cada grupo. Em seguida, indagaram os participantes sobre os dias disponíveis para se reunirem novamente, de modo que a maioria optou por encontros quinzenais em decorrências dos compromissos, dificuldades de locomoção dentre outros. Tendo em vista que se prontificaram a sanar as dúvidas que pudessem vir a existir.

A posteriori explicou-se que seria realizada a “Dinâmica de nome”, que consiste em dizer o próprio nome e fazer um gesto, enquanto que a próxima pessoa repetia o nome da pessoa anterior e o gesto da respectiva, em seguida dizia seu nome e fazia seu gesto e assim, por conseguinte, a ação visava que as estagiárias e os participantes conhecessem o nome uns dos outros, sendo assim exemplificaram como funcionava a atividade. Logo, iniciada a dinâmica que se deu com as pessoas em pé, alguns desempenharam a atividade com expressividade, já outros se mostraram mais acanhados, de modo que esses foram encorajados pelos outros participantes a se expressarem como conseguissem.

Ao fim da atividade, eles foram convidados a se acomodarem nas cadeiras, e depois foram questionadas sobre o que acharam da dinâmica, dado que alguns disseram ter sido bom, outros legal entre outros. Depois foi solicitado um feedback referente ao que acharam de modo geral do encontro, e quais as expectativas. Então, a maioria expressou contentamento, houve uma pessoa que relatou ser bom ter um lugar para conversar para se distrair e conviver com pessoas diferentes. Outro participante mencionou que para o início estava satisfeito e que já estava imaginando como seriam os próximos. Por fim, os presentes foram informados, que receberiam ligações para mantê-los a par das próximas datas.

No segundo encontro realizado, as estagiárias se apresentaram aos adolescentes, em seguida falaram sobre o objetivo do estágio, a respeito do sigilo, entre outros assuntos. Posteriormente, solicitaram aos adolescentes que os mesmos e seus representantes se apresentassem, explicaram como seria a dinâmica do encontro, entregando assim aos presentes uma folha e uma caneta/lápis, de modo que num primeiro momento os mesmos desenhassem algo que respondesse a pergunta: “Quem sou eu?” sendo atribuída a essa tarefa 15 minutos. Durante essa fase, a maioria iniciou a produção sem dificuldades, dado que apenas um dos adolescentes se dizia confuso sobre o que desenhar, porém sua mãe, que o acompanhava, o motivava o tempo todo, dizendo: “[...] Pelo menos tenta, não desista sem tentar, faz alguma coisa que você consiga [...]”. Aqueles que chegavam posteriormente foram integrados e orientados pelas estagiárias presentes, realizando também a atividade solicitada. Registrou-se somente o caso de uma responsável que não estava disposta a participar, portanto optou por observar e dialogar com os participantes presentes.

Em um segundo momento, foi solicitado aos participantes que escrevessem ao lado do desenho ou no verso da folha informações complementares, dado para essa fase 5

minutos, contando, novamente, com a participação majoritária de todos. Em seguida, as estagiárias passaram para o terceiro momento: a apresentação dos trabalhos.

Dito isso, iniciou-se as apresentações com um sujeito que se ofereceu, trazendo reflexões sobre a representação de mudanças na escola, também abordou a igreja, local onde busca apoio espiritual. Adiante, uma responsável abordou o desenho de borboletas, que segundo a autora, representava ela e seus filhos, tendo em vista que o inseto estava sempre no jardim, e era associado à alegria e, conseqüentemente, à liberdade. Vale também destacar o gato desenhado por um adolescente, referido como um animal desconfiado, de modo que o mesmo atribui essa característica a si, em decorrência de sua dificuldade de confiar nas pessoas e de se expressar na relação com o Outro, situação essa desenvolvida após a perda de seu pai. No mesmo desenho havia um cacto, que conforme o autor, é uma planta “fechada”, e um peixe que ele associou ao fato de não conseguir fazer nada. Outro adolescente associou o desenho de um gato à necessidade de carinho, mostrando-se carente. O quarto participante fez uma estrada que “não tinha fim, seguia sozinha e ajudava os outros [grifo do adolescente]”; teve também um desenho de um menino com uma bola, isso porque o autor gosta de jogar. Sua mãe pintou sua rotina diária: uma casa, a família, a loja onde trabalha e a igreja que frequenta. Um passo à frente, registrou-se por outro integrante um desenho de um campo e um menino soltando pipa, atividades essas que são hobby do participante.

Após as apresentações, as estagiárias perguntaram aos participantes a impressão da atividade. Alguns disseram “ter sido legal” [grifo dos adolescentes], outros relataram ser importante “para nos conhecermos melhor” [grifo dos adolescentes], outro disse “que é bom ter um espaço para esse diálogo, e que essa atividade foi legal, de modo que o fez pensar em coisas boas e outras não” [grifo do adolescente]. Depois, entregaram aos participantes papéis para que escrevessem sugestões de temas que pudessem ser tratados no próximo encontro. Visto que eles apontaram como sugestões temáticas a profissionalização, a medida socioeducativa, a família e o preconceito. Por conseguinte, solicitou-se a eles um feedback, tendo a maioria manifestando-se satisfeito com o encontro. Por fim, os presentes foram lembrados que a próxima atividade seria confirmada por meio de um telefonema.

O terceiro encontro foi realizado com objetivo de proporcionar através da construção de um painel a reflexão sobre as profissões, bem como o repasse das informações sobre as mesmas. A princípio, houve a necessidade de dividir o grupo de

estagiárias para poder melhor informar os usuários sobre o local da realização do grupo. Ao começar, em decorrência de alguns presentes serem novos no grupo, houve a necessidade de uma breve recapitulação dos encontros anteriores, esclarecendo desta forma, os nomes das estagiárias, vínculo institucional, área de estágio, funcionamento do projeto, objetivos, as oficinas anteriores, o sigilo, dentre outros assuntos. Em seguida, agradeceu-se a presença de todos.

Por conseguinte, solicitaram que os meninos e seus representantes se apresentassem. Ademais explicaram como seria a dinâmica desse encontro, mostraram assim aos presentes os materiais disponíveis para a realização da tarefa, de modo que num primeiro momento os mesmos pudessem montar um mural com recortes que respondesse a pergunta: “O que é uma profissão e como se qualificar?”, sendo atribuída a essa tarefa 25 minutos. Durante essa fase, os adolescentes iniciaram a produção sem dificuldades, já os responsáveis preferiram observar no primeiro momento. Em um segundo momento, foi solicitado aos participantes a apresentação da tarefa, que explicassem o mural e como é uma profissão e como se qualificar para o mercado de trabalho.

Dito isso, iniciou-se as apresentações com um dos adolescentes que teve o auxílio de sua mãe, trazendo reflexões sobre a segurança de trabalho, também abordou como um trabalho deve ser algo prazeroso e realizado com responsabilidade. Outros adolescentes citaram que estavam estudando para poder se prepararem para sua futura profissão. Após apresentarem o painel, as estagiárias de psicologia perguntaram aos participantes a impressão da atividade. Alguns disseram “ter sido legal” [grifo dos adolescentes], outros relataram ser importante “para nos conhecermos melhor” [grifo dos adolescentes], outro disse “que é bom ter um espaço para esse diálogo, e que essa atividade foi legal, de modo que o fez pensar em coisas boas e outras não” [grifo do adolescente]. Depois, entregou-se aos participantes papéis com informações sobre cursos técnicos, tecnólogos, graduação, pós graduação e sites onde podem obter mais informações. Por conseguinte, pediram a eles um feedback, tendo a maioria manifestando-se satisfeito com o encontro.

No que tange às questões éticas que são de extrema relevância para o trabalho em questão, vale salientar que, não se tratando de um trabalho de pesquisa quantitativa e sim qualitativa, não precisa ser submetido à plataforma Brasil, para passar pela avaliação e aprovação do mesmo. O relato de experiência se trata de uma pesquisa qualitativa, sem fins de levantamento numérico e sim coleta de dados para fim de pesquisa.

3.3 Resultados dos Encontros

Referente aos encontros realizados cabe apontar que tais, se caracterizaram por três encontros reflexivos que se deram quinzenalmente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com duração de aproximadamente cinquenta minutos. Vale destacar, que se fez necessário o empenho com o compromisso da Política de Assistência Social, no que tange o acesso aos serviços de garantia de direitos, uma vez que proporcionando o exercício da reflexão e a capacidade da responsabilização, viabilizará a consecução do objetivo a que se propõem as medidas socioeducativas em meio aberto. Neste sentido, foi possível compreender que os adolescentes são perpassados por diversas violações de direitos, estigmas e dificuldades sociais, econômicas e culturais. Logo, o serviço dentro de suas atribuições possibilitou um espaço de acolhimento, escuta, orientação e reflexão frente ao ato infracional praticado.

4. REVISÃO LITERÁRIA

A presente descrição se trata da revisão literária, que compreende o primeiro momento da pesquisa em questão. Haja vista, salientou-se nos artigos encontrados uma gama de questões que se fazem pertinentes na medida socioeducativa vivenciada pelo adolescente. Dado que se evidenciou, por exemplo, uma escassez de estudos que abarque o processo de reeducação em medida socioeducativa experienciado pelo público feminino, bem como a carência de obras que retrataram bons resultados ou que explanaram acerca de alguma instituição que havia conseguido manejar e alcançar mesmo que minimamente o objetivo na vida desses adolescentes. Logo, o processo como dito é composto por múltiplas variáveis de relevância que serão discorridas ao longo da discussão.

A princípio uma problemática presente em um número significativo das publicações refere-se à redução da maioridade penal, sendo que Campos (2017), Dias (2011), Oliveira (2016), Jacob (2017), Holanda (2016) e Ervanovite (2017), trataram em suas obras do assunto já citado, utilizando do método qualitativo de modo quase que unânime, uma vez que um outro utilizou também outros meios como método para adquirir uma compreensão melhor acerca da questão. Obtendo-se como apontamentos a respeito da necessidade de se pensar mais concernente a redução da maioridade penal, de modo que os autores não perceberam muita contribuição da proposta para com o processo de

ressocialização. Cabendo ressaltar a reflexão levantada por Dias (2011) de se pensar a influência da mídia frente a essa proposta de redução.

Da mesma forma um tema evidenciado em alguns conteúdos foi a temática da educação, sendo que Hahne (2017), Neta (2013), Francisco e Martins (2017), Andrade (2016) e Silva (2017), usufruíram do método de maneira equilibrada tanto referente ao modo quantitativo quanto qualitativo, de modo que alguns utilizaram de ambas metodologias em algumas obras. À luz do assunto, Andrade (2016) e Silva (2017) destacaram a precarização da educação para adolescentes que estão em processo, bem como a dificuldade em garantir o direito à educação, ocasionando em muitas circunstâncias a defasagem escolar. Sendo assim, Neta (2013) faz uma análise da educação desses alunos relativa à matemática, assim como aspectos contribuintes para o fracasso escolar, uma vez que se compreendeu que há uma discordância a respeito da concepção das escolas que atendem alunos que fazem parte do procedimento de ressocialização e as que não fazem, porém não se percebeu essa distinção no desempenho de ambos os públicos na avaliação que mensura o conhecimento de matemática.

Igualmente é pertinente compreender em como se dá a medida socioeducativa em ligação com a sociedade e as respectivas funções na vida desses jovens, logo Marinho e Galinkin (2017), Rodrigues (2016), Pimenta (2016), Hening, Kelner, e Kertzendorff (2017), Marsiglia (2017), Souza (2017), Leal e Macedo (2017) e Teixeira (2017) utilizaram em suas obras o método qualitativo, visto que as perspectivas dos respectivos se dicotomiza em duas vertentes, concernente à sociedade e as relações aí estabelecidas, de modo que segundo os mesmos, o âmbito social pode tanto agravar o processo de ressocialização gerando retaliação, exclusão e reprodução para com os jovens, ocasionando assim um retorno ao que tanto se crucifica, ou como suporte, motivação para que os mesmos sintam-se reinseridos novamente em meio a uma sociedade que promove e acolhe.

Face à temática do procedimento perpassado pelo adolescente em conflito com a lei, houveram conteúdos abordados que se trazem reflexões que são imprescindíveis para uma compreensão mais eficaz da situação, isto é, trata-se da percepção dos protagonistas da circunstância. Posto que Behr (2016), Castro (2017), Ellwein (2017), Souza (2017) e Costa (2017) utilizaram predominante para se tratar o assunto, o método qualitativo, visto que objetivou-se obter uma noção das vivências, e percepções dos adolescentes. Assim, Ellwein (2017), Souza (2017) e Costa (2017) apontaram em seus resultados que esses

jovens têm seus direitos violados, tem vivências dolorosas e marcantes, bem como ressaltam as consequências disso de modo a dificultar uma ressignificação dos adolescentes frente a uma nova ótica de vida. Então Behr (2016), Castro (2017), trazem também a questão perceptiva do processo, só que de outros personagens. Como por exemplo, Behr (2016) que levanta a reflexão acerca da necessidade de se ressignificar o papel do educador no contexto socioeducativo, de modo que se considere também a sensibilidade dos mesmos enquanto pessoas também pertencentes de histórias e também como frutos do meio. Ou como trazido por Castro (2017) acerca do fato de pensar a respeito dos profissionais que fazem parte do processo, visto que o mesmo aponta como contribuição um acompanhamento multidisciplinar para aprimorar a ressocialização.

Como já ressaltado a princípio, foi mínima a produção no que se refere ao gênero feminino, sendo das obras destacadas o de Vilarins (2016), Paula *et al.* (2017) e Arcanjo (2017), havendo um uso metodológico equilibrado entre os autores, nos quais o intuito era se explanar concernente ao descaso ser ainda maior com o público feminino, que são sofrem um desdenho maior, seja quanto ao número menor para abrigar essas meninas ou quanto aos seus direitos diminuídos, isto é em muitos casos nem mesmo considerados. Uma vez que Paula *et al.* (2017) constatou em sua pesquisa que as meninas tinham uma iniciação mais precoce no uso de drogas, como também se evidenciou que elas também são uma representação significativa no que se refere a evasão escolar e ao fracasso escolar.

No que concerne a colocações relativas ao papel das políticas públicas, constituição, também aos conjuntos de normas que regem a aplicação da ressocialização na vida desses jovens, são questões presentes nas publicações de Malvasi (2011), Ribeiro (2016), Silva (2017), Silva e Oliveira (2017) que tem em porcentagem maior o uso metodológico do método qualitativo, que permitiu se destacar as contradições de projetos, a violação e desrespeito aos direitos estabelecidos nos conjuntos de normas fundamentadas para resguardar uma reinserção do jovem na sociedade, de modo que lhe permita amparo para que o mesmo tenha uma nova conduta. Dado que Silva (2017) e Oliveira (2017) trazem o debate, principalmente a constituição e o ECA, para que assim possa-se refletir melhor em maneiras de melhoria no processo de ressocialização, de modo que resulte em um procedimento de mais eficácia.

Sendo também de imprescindível indagação, se a medida socioeducativa tem sido relevante conforme o que se almeja para um futuro mais promissor do jovem, logo Araújo (2017), Fernandes (2017), Santos (2017), Cella, Tedesco e Mello (2017) e Valente (2017)

trazem a problemática a questão, apontando em seus estudos em sua maioria por meio do método qualitativo, o que permitiu-nos destacar que a medida socioeducativa não tem alcançado os objetivos, uma vez que Araújo (2017) e Valente (2017) enfatizam que a lógica muitas vezes se resume apenas na responsabilização do adolescente por seus atos, de modo que às vezes acaba recaindo numa situação punitiva e não que permite reconstituição.

Contudo frente a essa gama de questões que precisam ser repensadas, Vasconcelos (2017) traz em sua publicação utópica, um exemplo de uma instituição que dá esperança e motivação para continuarmos em frente. Sua pesquisa que tem caráter qualitativo evidenciou que a intervenção e dinâmica da instituição consistiram em um âmbito acolhedor e confiável, de modo a considerar esses adolescentes como sujeitos pertencentes de histórias e sentimentos, os quais proporcionaram uma nova possibilidade de conduta.

5. DISCUSSÃO

Será discorrido na presente discussão os resultados obtidos durante a pesquisa, discutindo acerca dos pontos principais que a ressocialização abrange e os atributos mais evidenciados por cada autor.

Face ao tema de ressocialização, evidenciou-se que a precarização da educação, bem como a dificuldade em garantir o direito e o acesso à educação, foi um dos principais pontos evidenciados no decorrer da respectiva pesquisa. Vários autores utilizados no processo de construção deste, demonstraram em seus trabalhos que situações como essas, ocasionaram constantemente em defasagem escolar por parte dos adolescentes, contendo aspectos de fracasso escolar em sua maioria. Lopes Neta (2013) fez uma análise referente à educação desses alunos relativa à matemática, assim como aspectos contribuintes para o fracasso escolar, uma vez que se compreendeu que há uma discordância a respeito da concepção das escolas que atendem alunos que fazem parte do procedimento de ressocialização e as que não fazem, porém não se percebeu essa distinção no desempenho de ambos os públicos na avaliação que mensura o conhecimento de matemática.

Compreende-se dessa maneira que, ser denominado como “adolescente em processo de ressocialização” influencia e interfere no processo de educação dos adolescentes em conflito com a lei, tal como afeta diretamente na vida desse adolescente o peso do olhar do âmbito social que gera retaliação, exclusão e reprodução para com esses

jovens, podendo dessa maneira trazer consequências das quais resultem na defasagem e no fracasso escolar (NETA, 2013). Tal carência tornou-se evidente em prática como trazido no segundo encontro do relato de experiência, no qual os adolescentes trouxeram como demanda a discussão sobre a profissionalização pensando possibilidades e perspectivas futuras. Ao se perceber a real relevância da temática para aqueles indivíduos, a realização do terceiro encontro foi pautada nas perspectivas de profissionalização dos adolescentes.

É de fundamental importância abordar sobre a redução da maioridade penal, em razão de, esse também ser um assunto que faz parte do contexto dos adolescentes em conflito com a lei, quanto a esse tema o autor Dias (2011) relata que, a sociedade frente a um lugar de insegurança, associa a redução da maioridade penal como algo benéfico para a população, já que, os adolescentes, por diversos motivos, se envolvem em atividades ilícitas. Dessa maneira, é possível notar que uma significativa parcela da população não enxerga o adolescente em conflito com a lei como um ser geral e singular, e o reduz ao ato infracional.

Em comparação a forma como a sociedade enxerga o adolescente que cometeu o ato infracional, Hening, Kelner e Kertzendorff (2017) trazem que, o interesse e ambição social são fatores que causam conflitos, começando pelo sentimento do homem de se sobrepor ao outro e se sentindo ameaçado, logo, quer deter a ameaça. Desta maneira, o Estado se torna responsável pelo adolescente que cometeu ato infracional e o responsável por sua ressocialização.

Tendo em vista que uma das medidas para a ressocialização é a realização de grupos psicoterapêuticos, viabilizados pelo CREAS, atividade de obrigatoriedade do Estado (BRASIL, 2014). Este se apresenta como uma instituição intermediadora entre o Estado e o público que se beneficia do serviço, na qual a mesma executa políticas públicas para adolescentes em conflito com a lei, como a liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade (PSC). Quanto aos grupos realizados, observou-se que a maioria expressou contentamento por ser ofertado a eles um espaço do qual os mesmos denominaram ser “um bom ter um lugar para conversar para se distrair e conviver com pessoas diferentes” [sic]. Quanto à responsabilidade do Estado no que tange à ressocialização, Hening, Kelner e Kertzendorff (2017) apresentam que o Estado se omite quanto ao sistema prisional, causando vários obstáculos, que fazem com que o adolescente perceba que seus direitos estão sendo violados e volte para a vida do crime. Portanto, enquanto o Estado deveria promover políticas públicas eficazes para a ressocialização do adolescente em conflito com

a lei, percebe-se claramente a omissão e descaso frente a esses adolescentes, que por fim acabam sentindo seus direitos violados e não se sentindo cuidados pelo Estado, conseqüentemente voltam a cometer atos infracionais, e a sociedade continua a olhar para os adolescentes como o problema crucial, retirando do Estado o dever de cumprir com os direitos do cidadão e promover educação e uma vida de qualidade para todos.

Concernente às políticas públicas que são de extrema importância dentro do processo de ressocialização Ribeiro (2016), Silva (2017) e Silva e Oliveira (2017) destacaram em suas produções contradições no que diz respeito aos escritos e a realidade que ocorre no âmbito da ressocialização. A violação e o desrespeito aos direitos estabelecidos por normas fundamentais não têm resguardado de maneira eficaz a reinserção do jovem na sociedade, promovendo-lhe dessa maneira, amparo para que o mesmo tenha uma nova conduta. Silva (2017) e Oliveira (2017) trazem um debate frente à essa temática acerca da constituição e do ECA, para que possa tornar-se possível repensar tais práticas, bem como refletir melhor sobre maneiras de melhorias no processo de ressocialização, de modo em que resulte em um procedimento mais eficaz.

Com a defasagem das políticas públicas, tornou-se possível constatar em alguns estudos utilizados que a medida socioeducativa não tem alcançado seus objetivos, tendo assim uma lógica voltada para a responsabilização do adolescente por sua conduta, ruindo na maioria das vezes, para uma situação punitiva, não permitindo dessa maneira a reconstituição por parte desse adolescente.

Diante das experiências atreladas ao diálogo teórico, vale ressaltar que a prática do Psicólogo permeia uma gama de desafios, que perpassam desde a formação à implementação da política. Nesse sentido, o profissional não deve intimidar-se perante as dificuldades, mas buscar respaldos alcançáveis para que se consiga desenvolver seu posicionamento ético-político, e, por conseguinte se possa objetivar a execução de seus serviços, visto que essas ações são fundamentadas em sistemas, códigos, cartilhas, políticas, dentre outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é pertinente ressaltar aspectos como a escassez de artigos referentes ao processo de ressocialização de meninas, ausência de trabalhos no âmbito de Mato Grosso, carência de falas sobre as vivências desse contexto, tanto no que tange aos adolescentes em

conflito com a lei quanto da equipe de trabalho. Tornou-se evidente também a insuficiência de dados a respeito da atuação do psicólogo no contexto socioeducativo, bem como a contribuição da psicologia nesse contexto. Outrossim, três temas também merecem ressaltos: a implementação das políticas no sistema; a falha na implementação dessas políticas e, por fim, a maioria penal tendo em vista a influência da mídia sobre esse aspecto.

Já no que se refere às contribuições do estudo, cabe destacar como indicativo, a emergência de pesquisas que discutam a necessidade de posicionamentos que contribuam para a compreensão da subjetividade desses adolescentes em “ressocialização”, tal como pensar a cooperação da psicologia enquanto ciência nesses espaços de atuação profissional. De modo a alcançar os objetivos previstos no compromisso social que o psicólogo tem face à sociedade, à psicologia enquanto profissão e à conduta ética enquanto profissionais que lidam com as fragilidades humanas.

Vale salientar que a discussão proposta parte de um recorte de um relato de experiência vivenciado no CREAS que abarca uma localidade específica, desse modo as evidências não podem ser generalizadas a outros contextos. Logo, a partir dessas contribuições percebeu-se a necessidade de novas reformulações quanto aos modos desses adolescentes prestarem serviços à comunidade, tendo em vista que o serviço muitas vezes perde o sentido do que se propõe as legislações e aquilo que se tem como referência para o cumprimento da medida.

Por fim, compreendemos que existem embasamentos teóricos de serviços e modos de atuação do psicólogo, entretanto a efetivação dos exercícios não condiz com as produções teóricas que fundamentam as práticas nesses contextos. Em vista disso, é relevante levar em consideração o cenário político, em que se discute uma possível redução da maioria penal que se faz como um retrocesso, e que é um reflexo da representação social referente ao adolescente em conflito com a lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, G. G.; ARRAES, J.; BISINOTO, C.; GALLI, C. Y.; OLIVA, O. B.; STEMLER, L. A. S. Socioeducação: origem, significado e aplicações para o atendimento socioeducativo. Maringá, **Psicologia em estudo**, 2015.
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 1º ed. Brasília-DF: **CONANDA**, 2006.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 11º ed. Brasília: **Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, 2014.
- BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome**, 2014.
- CARVALHO, V. D.; BORGES, L. O.; REGO, D. P. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 1, 2010.
- DIAS, I. M. T. Estigma e ressocialização: uma análise sobre Direitos Humanos e reintegração de adolescentes em conflito com a lei. Dourados, **Videre**, n. 6, 2011.
- ESTEVAM, I. D.; COUTINHO, M. P. L.; ARAÚJO, L. F. Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: ressocialização ou exclusão social? Porto Alegre, **Psico**, PUCRS, v. 40, n. 1, 2009.
- FRANCO, V.C. A natureza das técnicas de intervenção em comunidades. **Psicologia e sociedade - ABRAPSO**, São Paulo, n. 5, 1988.
- GALDINO, S. A. Ressocialização do condenado: Propostas à eficácia do sistema punitivo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 120, 2014.
- GALLINDO, L. C. A psicologia como agente de transformação social. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, **PUC**, 1981.
- GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.
- HENING, A.; KELNER, L.; KERTZENDORFF, L. J. Ressocialização no sistema penitenciário: uma tarefa que não cabe apenas ao Estado. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 5, n. 1, 2017.
- LOPES NETA, N. A. Infratores, Apenados e a Matemática: As Representações Sociais de Escola por Professores. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado) - **UFPE**, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica, 2013.

MONTE, F. F. C.; BARBOSA, L. S.; ROSA FILHO, J. S.; SAMPAIO, L. R. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. [s. l], **Psicologia & Sociedade**, 23 (1), 2011.

ORNELAS, J. Psicologia Comunitária-origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise psicológica**, v. 15, n. 3, 1997.

RIBEIRO, G. C. Política de esporte, cultura e lazer na socioeducação: a intersectorialidade em questão na unidade de internação de São Sebastião – DF. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) — **Universidade de Brasília**, Brasília, 2016.

SILVA, L. L. O direito à educação escolar prisional: uma realidade entre grades. - GO. 2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Educação) - **Pontifícia Universidade Católica de Goiás**, Goiânia, 2017.

SOARES, G. R.; MENDES, D. F. A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medidas socioeducativas. **Revista psicologia e saúde em debate**, v: 2, 2016, p. 117- 137.

ANEXO A - TABELA DOS RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA

Nome dos artigos	Nome dos Autores	Ano Publicado	Revista de Publicação	Palavras-chave	Tipo de estudo
Suspeito empreendedor de si: trajeto e sofrimento de um adolescente durante intervenção socioeducativa	2011	Paulo Artur Malvasi	Centro em Rede de Investigação em Antropologia.	Sofrimento social, poder e violência, medida socioeducativa.	
INFRADORES, APENADOS E A MATEMÁTICA: As Representações Sociais de Escola por Professores.	2013	Natércia de Andrade Lopes Neta	Repositório Institucional da UFPE	Representações Sociais. Adolescentes Infratores. Apenados. Professores de Matemática.	
Política de esporte, cultura e lazer na socioeducação: a intersectorialidade em questão na unidade de internação de São Sebastião- DF.	Gabriela Cordeiro Ribeiro	2016	Universidade de Brasília - UNB; Instituto de ciências humanas -IH; Departamento de serviço social –SER.	Adolescentes autores de atos infracionais ; Medidas socioeducativa de internação; Política Social; Intersetorialidade; Esporte; Cultura; Lazer.	Pesquisa Quantitativa

Responsabilidade pessoal e delinquência juvenil: análise de preditores e consequentes do comportamento infrator	Ariela Oliveira Holanda	2016	Instituto de Psicologia. Departamento de Processos Psicológicos Básicos - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento.	Ato infracional, adolescente em conflito com a lei, responsabilidade, proposta de emenda, à Constituição, modelo na perspectiva comportamental.	Pesquisa Qualitativa
Oferta educacional em prisões e a modalidade de educação a distância	Ana Valeska Amaral Gomes	2016	Consultoria Legislativa da Área XV	NÃO TEM	Pesquisa Qualitativa
Juventude em conflito com a lei e os discursos sobre a redução da maioria penal: uma cartografia.	Patrícia Krieger de Oliveira	2016	Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado área de concentração em Educação.	Cartografia. Juventude. Redução Maioridade Penal. Políticas Públicas. Práticas Educacionais.	Pesquisa Qualitativa
Por trás das grades: O encarceramento brasileiro em uma abordagem criminológico-crítica	Victor Martins Pimenta	2016	Centro de estudos avançados multidisciplinares. UNB – Biblioteca Central	Encarceramento, sistema penal, criminologia crítica.	Pesquisa Quantitativa

Fatores de risco da delinquência juvenil e a intervenção reeducadora: um estudo num Centro Educativo	Sandra Raquel da Costa Rodrigues	2016	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. U. Porto.	Delinquência juvenil; centros educativos; reincidência criminal.	Pesquisa Qualitativa
Comportamento da Câmara dos Deputados em relação ao sistema penitenciário Brasileiro: Uma análise sobre os projetos votados na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	Graziela do Lago Maciel	2016	Instituto de Ciência Política	Sistema Penitenciário. Facções criminosas. Câmara dos Deputados. Percepção da violência. Mapeamento da agenda. Análise dos projetos de Leis.	Pesquisa Qualitativa
Ressignificando o papel do educador no contexto das medidas socioeducativas.	Mariana Torres Behr	2016	Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. UNB- Biblioteca Central	Educador, Socioeducação, Educação Ambiental, Complexidade.	Pesquisa Ação
Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação.	Natália Pereira Gonçalves Vilarins	2016	Instituto de Ciências Humanas - Departamento de Serviço Social	Medida socioeducativa de internação. Garantias de direitos. Precarização da vida.	Pesquisa Documental

<p>A eficácia das medidas socioeducativas em relação ao adolescente autor do ato infracional</p>	<p>JUVENTUDE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS SOCIOEDUCANDOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO CERRPORATO INFRACIONAL DE NATUREZA GRAVE.</p>	<p>2017</p>	<p>Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. - Curso de Direito</p>	<p>Estatuto da criança e do adolescente . Eficácia das medidas socioeducativas. Teoria da Proteção Integral. Direitos do adolescente .</p>	<p>Pesquisa Qualitativa</p>
<p>A história das práticas frente ao desvio social de jovens no Brasil: reflexões sobre o ideal de ressocialização</p>	<p>Fernanda Campos Marinho e Ana Lúcia Galinkin</p>	<p>2017</p>	<p>Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rei</p>	<p>Desvio social. Políticas públicas. Ressocialização</p>	<p>Pesquisa Qualitativa</p>
<p>Auto-Organização na Construção de Projeto de Vida pelo Adolescente em Ressocialização</p>	<p>Rafael Garcia Campos</p>	<p>2017</p>	<p>Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Faculdade de Medicina.</p>	<p>Adolescentes; Conflito com a Lei; Liberdade assistida; Medidas socioeducativas; Ressocializ</p>	<p>Pesquisa Documental</p>

				ação.	
Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos Natal RN	Allana de Carvalho Araújo	2017	Repositório Institucional UFRN	Políticas públicas; Adolescentes e em conflito com a lei; Problemas sociais; Direitos humanos.	Pesquisa documental e entrevista
Estrutura e funcionamento dos centros de atendimento socioeducativo (case) sob o ponto de vista da ressocialização	Emerson José Diecks Fernandes	2017	RIUNI - Repositório Institucional	Crianças e adolescentes infratores, Ressocialização, Privação de liberdade, SINASE-CASE.	Pesquisa Qualitativa
Medidas Socioeducativas: internação monitorada e meios alternativos à segregação da liberdade no Estado do Tocantins	Jean Fernandes Barbosa de Castro	2017	Repositório UFT / BDTD Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT	Estatuto da criança e do adolescente, Atos Infracionais ; Responsabilização; Infantojuvenil; Direito penal juvenil.	Pesquisa Qualitativa

Medidas Socioeducativas: Uma análise acerca do crescimento da criminalidade juvenil e eficácia das medidas socioeducativas	Douglas da Cunha Santos	2017	Dspace Biblioteca digital da UEPB- Universidade Estadual da Paraíba.	Estatuto da criança e do adolescente , Criminalidade juvenil, Medidas socioeducativas	Pesquisa Quantitativa
Perfil sociográfico de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas	Alexandre da Silva de Paula, Eder Aparecido de Carvalho, Carolina Renata Croque e Karoline Rodrigues Souza	2017	Revista Linguagem & Ensino	NÃO TEM	Pesquisa Quantitativa
Reflexões teóricas acerca da efetividade das medidas socioeducativas	Camila Franzen Cella, Anderson Luiz Tedesco e Maria Luiza Mello.	2017	Revista Jurídica FADEP Digital	Medidas Socioeducativas; CAPES, Menor infrator, Ressocialização.	Pesquisa Qualitativa
A maioria penal enquanto cláusula pétrea: um estudo acerca da institucionalidade das propostas de redução	Iago Rodrigues Ervanovite	2017	Revista UNiSAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Maioridade Penal. Constitucional. Cláusula. Pétrea. Necessidade.	Pesquisa Qualitativa

Considerações acerca do atendimento acautelatório sob a ótica dos direitos humanos	Fernanda Ichikawa Claro Silva e Isabela Simões de Oliveira	2017	Atena Editora	Adolescente. Ato infracional. Direitos Humanos. Internacional.	Pesquisa quantitativa e qualitativa
CARTAS MARCADAS: Análise de preconceito(s) em cartas de alunos de uma escola do sistema prisional do Estado de São Paulo	Denys Munhoz Marsiglia	2017	Biblioteca TEDE; UNINOVE-SP	Preconceito ; Subjetividade; Educação prisional.	Pesquisa Qualitativa
Sistema Socioeducativo X Centros de Defesas de Direitos: Experiências de violação e defesa de direitos de jovens que cumpriram medidas socioeducativa de Rio de Janeiro	Karla Ellwein	2017	PUC - Rio	Ato infracional; Violência; Defesa; Violação de direitos.	Pesquisa Qualitativa
Maioridade Penal em pauta: Medo e punição na imprensa	Maite Nora Blancquaert Mendes Dias	2017	Repositório UFF	Criminalidade de juvenil; medo; punição; imprensa; agenda-setting.	Pesquisa Qualitativa

O direito à educação escolar prisional: uma realidade entre grades	Lucas Lourenço Silva	2017	TEDE Sistema de publicação eletrônica de Teses e Dissertações	Direito social à educação. Escola prisional. Humanização. Emancipação.	Pesquisa Qualitativa
Vulnerabilidade social: Fenômenos das drogas e da violência vivenciados por adolescentes	Patrícia Carvalho de Oliveira	2017	BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Vulnerabilidade em Saúde; Comportamento do Adolescente; Violência; Usuários de Drogas; Teoria Fundamental	Pesquisa Qualitativa
Dilemas morais na liberdade assistida: o caso de Campinas	Juliana Berger Valente	2017	Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp	Medida socioeducativa, Adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente, Antropologia Moral.	Pesquisa Etnográfica
Os direitos da mulher no cárcere: uma análise acerca do sistema prisional feminino brasileiro	Ingrid Oliveira Arcanjo	2017	Repositório Digital ASCES	Mulher, Penitenciária, Direitos Humanos, Ressocialização.	Pesquisa Qualitativa

A "família Santa Clara": um estudo sobre uma experiência de acolhimento	Renato Luiz Fonseca Brascher	2017	PUC Rio - Certificação Digital	Família; liberdade; acolhimento; singularidade; crianças e adolescentes; instituição.	Pesquisa Qualitativa
Sobre a indisciplina e o ato infracional: experiências escolares de alunos e professores	Beatriz Saks Hahne	2017	Biblioteca Digital USP	Adolescência, Escola pública, Indisciplina, Medidas socioeducativas, Pesquisa participante.	Pesquisa Qualitativa
Ressocialização no sistema penitenciário: uma tarefa que não cabe apenas ao Estado.	Anderson Hening, Lenice Kelner, Laize J. Kertzendorff	2017	Publicação Uniasselvi-MAIÊUTICA - Cursos de Gestão.	História. Estado. Sociedade. Ressocialização. Sistema penitenciário.	Pesquisa Qualitativa
Perspectivas da Educação Não Escolar no Trato com Jovens Infratores.	Julio Cesar Francisco; Marcos Francisco Martins	2017	SCIELO - Educação & Realidade	Ato Infracional; Educação não Escolar; Liberdade Assistida; Tendências Educativas	Entrevistas semi-estruturadas

A penalização da miséria no Brasil: os adolescentes "em conflito com a lei".	Denise Maria Leal; João Paulo Macedo	2017	Revistas Eletrônicas PUCRS	Questão social. Criminalização. Adolescente. Medida socioeducativa.	Pesquisa Qualitativa
Vivência e Projeto de vida de Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	Cibele Soares da Silva Costa	2017	Biblioteca UFPB	Juventude; Medidas socioeducativas; Vivência; Projeto de Vida; Plano Individual de Atendimento.	Análise Descritiva
"Juventude, identidade e violência na perspectiva dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional de natureza grave." "	Daygles Maria de Souza Lima	2017	Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS	Juventude, Identidade, Violência, CSE-RR, Socioeducativo	Pesquisa qualitativa
Justiça restaurativa e sistema socioeducativo no município de Santarém/PA	Augusto Cesar Doroteu de Vasconcelos	2017	SISTEBIB – Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas.	Adolescente em Conflito com a Lei; Justiça Restaurativa; Círculos Restaurativos, Círculo	Pesquisa Qualitativa

				de Paz, Vulnerabilidade Social.	
Interfaces entre discurso e prática no atendimento ao adolescente autor de infração penal em Goiás: a história do Centro de Observação e Orientação Juvenil.	Claudia Regina de Castro Teixeira	2017	BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Instituições correccionais, Adolescente marginalizado, Exclusão social.	Construção Histórica
Justiça restaurativa e ato infracional: Restaurações e Práticas no Judiciário de Campinas-SP	Juliana Kobata Chinen	2017	Repositório Digital FGV	Justiça restaurativa . Justiça juvenil. Judiciário de Campinas. Administração de conflitos.	Pesquisa Qualitativa
APAC- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados: uma metodologia de ressocialização adotada em um sistema prisional.	Luana Aparecida Barbosa Braga	2017	Diretoria de Educação Continuada e Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Administração	Instituição Total; Ressocialização; Reintegração; Inovação Social; APAC.	Pesquisa Qualitativa

Adolescência (s) em conflito com a lei e a justiça juvenil: (des) continuidades na aplicação das medidas socioeducativas.	Mara Alves de Sousa	2017	Biblioteca digital TEDE - Sistema de publicação eletrônica de Teses e Dissertações	Adolescência(s) em conflito com a lei; Judiciário; Medidas Socioeducativas	Pesquisa Qualitativa
Fundação centro de atendimento socioeducativo ao adolescente do estado de São Paulo: um estudo sobre a eficácia das políticas públicas vigentes de recuperação de menores em conflito com a lei.	João Gustavo Dantas Chiaradia Jacob	2017	Biblioteca TEDE	Menor em conflito com a Lei, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Penal, Direito Constitucional	Pesquisa Quantitativa e Qualitativa